



A Subsistência da Medicina Veterinária e sua Preservação

Alécio Matos Pereira
Sara Silva Reis
Wesklen Marcelo Rocha Pereira
(Organizadores)



A Subsistência da Medicina Veterinária e sua Preservação

Alécio Matos Pereira
Sara Silva Reis
Wesklen Marcelo Rocha Pereira
(Organizadores)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A subsistência da medicina veterinária e sua preservação

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Alécio Matos Pereira
Sara Silva Reis
Wesklen Marcelo Rocha Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S941 A subsistência da medicina veterinária e sua preservação / Organizadores Alécio Matos Pereira, Sara Silva Reis, Wesklen Marcelo Rocha Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-484-9

DOI 10.22533/at.ed.849202610

1. Medicina Veterinária. 2. Preservação. I. Pereira, Alécio Matos (Organizador). II. Reis, Sara Silva (Organizadora). III. Pereira, Wesklen Marcelo Rocha (Organizador). IV. Título.

CDD 636

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As diversas áreas estudadas cientificamente dispõem ao público leitor, um conhecimento em diversos assuntos ligados a ciência animal e afins.

Os capítulos contidos nesse livro abordam assuntos relacionados a saúde animal incluindo estudos sobre a reprodução, assuntos que falam da parasitologia, comportamento animal entre outros.

Nesse volume foram abordados temas o efeito na maturação *in vitro* de oócitos ovinos, Correlação taxa de prenhes em vacas nelore e análise de casos de maus tratos contra cães e gatos.

Outros assuntos como o comportamento de cães, onde o perfil comportamental de uma raça é o resultado da sua bagagem genética e pode se manifestar pela maneira como o animal se comporta no ambiente onde vive e por suas reações aos vários estímulos que recebe neste ambiente.

Os primeiros capítulo nos atualiza sobre a atuação de Angiotensina-(1-7) peptídeo que atua principalmente no sistema cardiovascular e reprodutor e tem sido relatado em várias espécies influenciando a reprodução animal. Isso torna a Angiotensina-(1-7) uma aliada para futuros protocolos reprodutivos como inseminação, transferência de embrião, sincronização de estro e maturação de *in vitro* oócitos.

Esses assuntos servem como fonte de referência para o aprofundamento intelectual dos profissionais e estudantes em ciência animal, trazendo abordagem clara e concisa sobre diversos assuntos, proporcionar uma fonte de estudo e atualização para todos que querem se aprofundar na ciência animal

Alécio Matos Pereira
Wesklen Marcelo Rocha Pereira
Sara Silva Reis

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ANGIOTENSINA-(1-7): EFEITO NA MATURAÇÃO *IN VITRO* DE OÓCITOS OVINOS

Andréia da Silva Costa

Muriel Alves Carvalho

Amilton Paulo Raposo Costa

Yndyra Nayan Teixeira Carvalho Castelo Branco

Marina Carvalho Leite

Lauro César Soares Feitosa

DOI 10.22533/at.ed.8492026101

CAPÍTULO 2..... 6

EFEITO DA ADIÇÃO DE ANGIOTENSINA-(1-7) NA TAXA DE ESTRADIOL DE CABRAS SUBMETIDAS A PROTOCOLO DE SINCRONIZAÇÃO DO ESTRO E OVULAÇÃO

Andréia da Silva Costa

Hiran Esmeraldo Albuquerque Beserra

Amilton Paulo Raposo Costa

Antônio de Sousa Júnior

Joilson Ferreira Batista

DOI 10.22533/at.ed.8492026102

CAPÍTULO 3..... 11

EFEITO DA CATEGORIA VACA OU NOVILHA NA QUALIDADE DOS COMPLEXOS *CUMULUS*-OÓCITO (CCOs) DE FÊMEAS DA RAÇA GIROLANDO

Sérgio Henrique Costa Júnior

Brenda Karine Lima do Amaral

Hallef Mithchel Pereira Trovão

Leandra Patrícia da Silva Almeida

Débora Caroline Aires Silva

Jandyana Regina Silva de Melo

Júlia Faconi Ribeiro

Naylla Raquel Costa Leite Campos

Victória Torquato Fernandes dos Santos

Ricardo de Macêdo Chaves

Felipe de Jesus Moraes Júnior

DOI 10.22533/at.ed.8492026103

CAPÍTULO 4..... 21

ESTUDO *IN VITRO* DO EFEITO MIOCONTRÁTIL DA *SIMAROUBA VERSICOLOR* EM ÚTERO ISOLADO DE RATAS WISTAR

Marlene Sipaúba de Oliveira

Letícia Soares de Araújo Teixeira

Estéfane Kelly Dias Araújo

Clarissa de Castro e Braga

Ana Milena César Lima

Allana Karolyne Figueredo de Brito

Mayara de Lima Moreno Fernandes
Leonardo Lopes Furtado
Luma Martins Nunes Santos
Mariana de Lima Moreno Fernandes
Ana Lys Bezerra Barradas Mineiro
Maria Zenaide de Lima Chagas Moreno Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.8492026104

CAPÍTULO 5..... 27

ANÁLISE HISTOPATOLÓGICA DO EPITÉLIO UTERINO DE RATAS WISTAR APÓS 30 DIAS DE TRATAMENTO COM EXTRATO ETANÓLICO DE *SIMAROUBA VERSICOLOR*

Marlene Sipaúba de Oliveira
Letícia Soares de Araújo Teixeira
Estéfane Kelly Dias Araújo
Clarissa de Castro e Braga
Pedro Henrique Fonseca Silva
Mayara de Lima Moreno Fernandes
Leonardo Lopes Furtado
Mariana de Lima Moreno Fernandes
Louis Henrique Miyauchi Silva
Raissa Costa Amorim
Ana Lys Bezerra Barradas Mineiro
Maria Zenaide de Lima Chagas Moreno Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.8492026105

CAPÍTULO 6..... 32

ACUMULAÇÃO DE ANIMAIS: A IMPORTÂNCIA DE UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

Betejane de Oliveira
Nátaly Leandro dos Santos
Patrícia Oliveira Meira Santos

DOI 10.22533/at.ed.8492026106

CAPÍTULO 7..... 45

ANÁLISE DE CASOS DE MAUS TRATOS CONTRA CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE ARACAJU, SERGIPE, BRASIL

Betejane de Oliveira
Nátaly Leandro dos Santos
Patrícia Oliveira Meira Santos

DOI 10.22533/at.ed.8492026107

CAPÍTULO 8..... 56

APLICAÇÃO DE ENXERTO DE OMENTO EM LEITO POTENCIALMENTE INFECTADO EM FACE DE CÃO APÓS MAXILECTOMIA PARCIAL POR NEOPLASMAS MALIGNOS: RELATO DE DOIS CASOS

Maria Eduarda dos Santos Lopes Fernandes
Ana Carolina de Souza Campos

Luciana Cabo Petry
Lucinéia Costa Oliveira
Fernanda de Souza Campos de Azevedo
Anna Julia Rodrigues Peixoto
Flávia Rosental de Oliveira
Juliana Velloso Pinto
Marta Fernanda Albuquerque da Silva

DOI 10.22533/at.ed.8492026108

CAPÍTULO 9..... 67

ASPECTOS GERAIS DA ESPOROTRICOSE

Alana Carolina Capais Rodrigues
Luciene Patrici Papa

DOI 10.22533/at.ed.8492026109

CAPÍTULO 10..... 73

AVALIAÇÃO DE DOSES ESTRATIFICADAS DE AZUL-PATENTE PARA IDENTIFICAÇÃO DE LINFONODO SENTINELA EM CADELAS COM TUMOR DE MAMA

Flávia Diniz Valadares
Andrea Pacheco Batista Borges
Fabrício Luciani Valente
Kelvin Oliveira Rocha
Emily Correna Carlo Reis

DOI 10.22533/at.ed.84920261010

CAPÍTULO 11..... 84

CORRELAÇÃO TAXA DE PREENHEZ EM VACAS NELORE (*Bos taurus indicus*) COM BAIXO ESCORE DE CONDIÇÃO CORPORAL SUBMETIDAS A IATF

Roberta Bianchine Ouverney
Daniela Mello Vianna Ferrer
Francys Soares Vasconcellos
Denise de Mello Bobány
Dala Kezen Vieira Hardman Leite
André Vianna Martins

DOI 10.22533/at.ed.84920261011

CAPÍTULO 12..... 97

EVALUATION THE RECOVERY OF LARVAE FROM GASTROINTESTINAL PARASITIC NEMATODES ON PASTURES: STATE OF ESPÍRITO SANTO, BRAZIL

Fabio Porto Senna
Caio Colodette Senna
Carolina Magri Ferraz
Filippe Elias de Freitas Soares
José Antônio Correia Lima
Fernando Luiz Tobias
Samilla Alves Sobral
Thalita Fonseca Lima

Fabio Ribeiro Braga

DOI 10.22533/at.ed.84920261012

CAPÍTULO 13..... 107

ESTRUTURAÇÃO DO INTERNAMENTO DE EQUINOS PARA CAPACITAÇÃO DOS ALUNOS DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UESC, BAHIA, BRASIL

Maria Amélia Fernandes Figueiredo

Diana Campos Brandão

Taianne da Silva Prates

Clatiane Santos Bispo

Jonathas Rochael de Souza Barros

Lorena Correia Costa

Adijacy Barbosa Neto

Diego Passos Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.84920261013

CAPÍTULO 14..... 120

PADRÃO COMPORTAMENTAL DO HUSKY SIBERIANO “NERO”

Álfi Albuquerque Guedes

Cleber Silva Ferreira

Hamanda Siqueira Candido

Jéssica Aparecida Pires Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.84920261014

CAPÍTULO 15..... 128

PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-*BRUCELLA ABORTUS* EM OVINOS DO COLÉGIO TÉCNICO DA CIDADE DE BOM JESUS-PI

Janara Laís Xavier Bispo Mendes

Fernando Maciel de Carvalho

Dianna Soares do Bomfim

André Nogueira dos Santos

Larissa Maria Feitosa Gonçalves

Ana Lys Bezerra Barradas Mineiro

DOI 10.22533/at.ed.84920261015

CAPÍTULO 16..... 133

REPARAÇÃO FACIAL COM USO DE FLAP DE AVANÇO APÓS REMOÇÃO DE LINFOMA CUTÂNEO

Matheus Teixeira Seixas e Silva

DOI 10.22533/at.ed.84920261016

CAPÍTULO 17..... 143

TUBERCULOSE BOVINA – RELATO DE CASO

Laura Batista Gomes Martins Santiago

Nathália Silva Pinto

Leonardo Borges Acurcio

DOI 10.22533/at.ed.84920261017

CAPÍTULO 18..... 152

THE AMAZONIAN MUD TURTLE (*KINOSTERNON SCORPIOIDES*)

Soraia Alves Buarque

Lianne Pollianne Fernandes Araujo Chaves

Ana Caroline Calixto Campina

Tatiara Barbosa Dias Lima

Júlia Boáis Almeida

Elias Costa Ferreira Junior

Vinícius Corrêa Oliveira

Antonia Santos Oliveira

Rafael Cardoso Carvalho

Ana Lucia Abreu Silva

Alana Lislea de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.84920261018

SOBRE OS ORGANIZADORES 162

ÍNDICE REMISSIVO..... 163

CAPÍTULO 7

ANÁLISE DE CASOS DE MAUS TRATOS CONTRA CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE ARACAJU, SERGIPE, BRASIL

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 04/08/2020

Betejane de Oliveira

Secretaria do Meio Ambiente de Aracaju
<http://lattes.cnpq.br/6486562653646632>

Nátaly Leandro dos Santos

Universidade Federal de Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/1923618095662134>

Patrícia Oliveira Meira Santos

Universidade Federal de Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/2516628948852323>

RESUMO: Entende-se como maus tratos qualquer ato, direto ou indireto, comissivo ou omissivo, que intencionalmente ou por negligência, imperícia ou imprudência, provoque dor ou sofrimento desnecessário aos animais. Tais atos podem ser praticados por diversos fatores, que envolvem os aspectos culturais, econômicos, sociais e psicológicos. O objetivo desse trabalho foi realizar um levantamento de casos relacionados a crimes de maus tratos contra cães e gatos, atendidos pelo setor de Proteção Animal da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Aracaju. Foram coletados dados de 120 denúncias contra maus tratos no município, realizadas no período de janeiro a junho de 2019. Os cães foram os principais alvos dessa prática, em comparação aos gatos e, o fator socioeconômico, a ausência de conhecimento e educação ambiental foram os principais aspectos

que influenciaram na ocorrência de maus tratos na cidade. Sendo assim, é primordial a utilização da educação ambiental como ferramenta para erradicar os atos de abuso, maus tratos e crueldade contra os animais, de forma a trabalhar a conscientização da sociedade sobre a importância em denunciar esses crimes junto aos órgãos competentes.

PALAVRAS-CHAVE: Crueldade, direito dos animais, bem-estar animal.

CASE ANALYSIS OF ABUSE TOWARDS DOGS AND CATS IN THE MUNICIPALITY OF ARACAJU, SERGIPE, BRAZIL

ABSTRACT: Abuse is defined as any direct or indirect, commissive or omissive act which intentionally or negligently, by imprudence and inexperience, causes unnecessary pain or suffering to animals. These acts can be caused by several factors, taking into account cultural, economic, social and psychological aspects. The present study aimed to raise cases related to abuse crimes against dogs and cats treated by the Animal Protection Sector of the Municipal Environment Department of Aracaju. Data came from 120 complaints about animal abuse in the municipality, from January to June 2019. Dogs were the main targeted subjects in comparison to cats. The most influential aspects identified in this kind of abuse were the socio-economic factor and lack of knowledge and environmental education. Therefore, it is essential the use of environmental education as a tool to eradicate any act of abuse, mistreatment and cruelty towards animals in order to raise society awareness of the importance to report such crimes to competent government

agencies.

KEYWORDS: Cruelty, animal rights, animal well-being.

1 | INTRODUÇÃO

As interações do homem com o animal e a natureza vêm sendo regidas pelo domínio. Os atos de maus tratos aos animais surgiram, principalmente, na crença religiosa de que Deus consentiu ao ser humano a sua dominância sobre as demais criaturas, o que fomentou, entre os séculos seguintes, a legitimidade da exploração dos animais (DIAS, 2000).

Apesar dessa relação ser tão antiga quanto à própria existência humana, o uso do termo “direito”, aplicado à proteção animal, surge apenas no século XVII. E com o passar dos anos e surgimento de discussões sobre a temática no âmbito jurídico, desenvolveu-se o questionamento: os animais seriam passíveis de direito? (CASTRO JÚNIOR E VITAL, 2015).

Desde tempos antigos, há relatos da exploração dos animais pelo humano, os quais eram tratados como objetos e não como seres vivos, além de não serem passíveis de sentimentos e/ou interesses (SILVA, 2009). A realidade é que, no cotidiano, muitas arbitrariedades são praticadas pelos seres humanos contra os animais, de modo que são destinadas a eles diversas formas de maus tratos e crueldade, onde a dignidade desses seres é aniquilada (SANTANA *et al.*, 2004), muitas vezes de forma brutal.

Delabary (2012, p. 835) conceitua maus tratos como “o ato de submeter alguém a tratamento cruel, trabalhos forçados e/ou privação de alimentos ou cuidados”.

Segundo a Resolução nº 1.236 de 23 de outubro de 2018, do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), art. 2º, inciso II, maus tratos é definido como “qualquer ato, direto ou indireto, comissivo ou omissivo, que intencionalmente ou por negligência, imperícia ou imprudência provoque dor ou sofrimento desnecessário aos animais”, ainda define abuso, no inciso IV, como “qualquer ato intencional, comissivo ou omissivo, que implique no uso despropositado, indevido, excessivo, demasiado, incorreto de animais, causando prejuízos de ordem física e/ou psicológica, incluindo os atos caracterizados como abuso sexual”.

Silva (2009), afirma que é inegável que os seres sencientes possuem a capacidade de sentir dor e sofrimento quando o seu bem-estar físico e psicológico são lesados ou mesmo desprezados, e que apesar de não possuírem a capacidade da fala, os mesmos são passíveis de demonstrar dor e/ou desconforto.

Singer (2000, p. 7) defende, em sua obra *Libertação Animal*, que os animais devem ser tratados como seres sencientes, de modo que merecem respeito e direito

a igualdade, uma vez que a mesma independe da inteligência, da força física, ou mesmo da sua capacidade moral. Ele afirma ainda que “está na capacidade de sofrimento a característica vital que concede a um ser o direito a uma consideração igual e não na faculdade da razão ou na faculdade da linguagem ou do discurso”. Denotando; assim, que o valor intrínseco da dignidade está na capacidade de um ser vivo sentir e não meramente raciocinar.

Os atos de maus tratos contra os animais são atitudes, em sua maioria, oriundas de motivos banais, bem como motivados por mera diversão humana, principalmente numa época em que a ocorrência dessas atividades é frequente (SPAREMBERGER E LACERDA, 2015). Almeida *et al.* (2009, p. 3), afirma que:

“os tipos de maus tratos vão desde animais presos em gaiolas minúsculas, sem condições de higiene, cães presos em correntes curtas o dia todo, com alimentação precária, cavalos usados na tração de carroças que são açoitados e em visível estado de subnutrição, como também o uso de animais em tourada, circos e rodeios”.

Esses atos são praticados por motivos diversos, os quais podem estar diretamente relacionados a aspectos culturais, sociais e psicológicos, sendo que, em alguns casos, o praticante não possui consciência da severidade dos seus atos (DELABARY, 2012). Assim, vale ressaltar que, maus tratos contra animais é crime.

De acordo com o art. 32, da Lei Federal nº 9.605/ 1998 (BRASIL, 1998), praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos é crime ambiental punido com pena de detenção de três meses a um ano, e multa, podendo ter aumento de um sexto quando falecimento do animal. A referida lei recebeu respaldo no art. 225, parágrafo 1º, VII, da Constituição Federal Brasileira de 1988, de maneira que o poder público foi incumbido à proteção da flora e fauna nacional, sendo proibidos atos que comprometam a função ecológica e que provoquem riscos e/ou extinção de espécies ou mesmo a exposição dos animais a crueldade.

Dentre as legislações federais que abordam a tutela dos animais/fauna brasileira, seja direta ou indiretamente, podemos citar a Lei n. 7.173/83 (Jardins Zoológicos), Lei n. 5.197/67 (Lei de Proteção à Fauna), Decreto n. 221/67 (Código de Pesca), dentre outras.

“Apesar da existência de leis e princípios constitucionais que preveem penalidades administrativas, civis e criminais para aqueles que praticarem maus tratos ou a crueldade em animais, a problemática é profunda” (LEMONS, 2008, p. 80). É possível observar que em diversos setores, tais como o sanitário, científico e do agronegócio, a crueldade ainda é considerada um “mal necessário”; de modo que é consentida pelo Poder Público por meio de leis extraordinárias como na Lei dos Rodeios, na Lei da Visissecção, na Lei do Abate Humanitário, na Lei dos Zoológicos,

no Código da Caça e Pesca e na Lei Arouca (TOLEDO, 2012), a legitimidade da exploração animal.

Para Levai (2012), a presença do tripé legislativo composto pelo art. 225 da Constituição Federal, bem como o art. 32 da Lei 9.605/98 associados ao Decreto Federal 24.645/34 que em seu art. 1º propunha que os animais são “tutelados do Estado”, e o Ministério Público seu “substituto em juízo” (art. 2, §3º), é suficiente para garantir a tutela dos animais em sua totalidade. Visto que, os promotores possuem instrumentos de grande importância para a defesa animal, como ação civil pública, o termo de ajustamento de conduta, além da recomendação e o inquérito civil. O autor supracitado ainda afirma que:

“Se alguma coisa não anda bem, sem dúvida é a atual sistemática das penas. Isso porque, sendo branda por demais, ela impede a prisão em flagrante do malfeitor e, mesmo na hipótese da propositura de uma ação penal, ainda possibilita uma série de benefícios legais (transação penal ou suspensão processual) aos infratores, lembrando que o crime de maus tratos a animais, pelas regras da Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95), é daqueles considerados “de menor potencial ofensivo” (LEVAI, 2015, p.179).

Desse modo, a maior preocupação, no momento, é zelar pelos direitos dos animais de maneira que não ocorram retrocessos jurídicos, além de proporcionar à população uma maior educação ambiental. Um dos principais métodos de sensibilização social foi instituído pela Política Nacional de Educação Ambiental, por meio da Lei Nacional nº 9.795/97 (ARACAJU, 2019). Em Aracaju, essa é regulamentada pela Lei Municipal nº 3.309/2005, através do art. 2º, que caracteriza a Educação Ambiental como:

“um processo contínuo e disciplinar de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência sobre as questões ambientais e para a promoção de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do patrimônio ambiental, sendo um meio de promover mudanças de comportamentos e estilos de vida, além de disseminar conhecimentos e desenvolver habilidades rumo à sustentabilidade”.

Um dos órgãos responsáveis pela operacionalização da educação ambiental em Aracaju é a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA), criada em 08 de fevereiro de 2013 por meio da Lei Municipal nº4.359/2013, art. 3º, § 2º.

A SEMA é responsável pela realização das atividades e serviços de recuperação, preservação e proteção ambiental na capital. De forma a assegurar a participação da população aracajuana na preservação e conservação da fauna e flora da cidade; assim como, da integridade do patrimônio ecológico municipal (ARACAJU, 2019).

No que diz respeito aos casos de maus tratos contra animais dentro dos limites de Aracaju, a SEMA age por meio de denúncias, em sua maioria anônimas, onde os fiscais do Setor de Proteção Animal vão *in loco* conferir e averiguar a veracidade dos fatos, bem como buscar maiores informações sobre o animal e o seu possível agressor; e assim, garantir que todas as medidas cabíveis sejam tomadas.

Diante do exposto, o presente estudo teve como objetivo realizar um levantamento de casos relacionados a crimes de maus tratos contra cães e gatos atendidos pelo setor de Proteção Animal da Secretaria do Meio Ambiente de Aracaju, Sergipe, Brasil.

2 | METODOLOGIA

Foi realizado um levantamento dos casos de maus tratos contra animais na cidade de Aracaju, no período entre janeiro a junho de 2019. Foram analisadas 120 denúncias, realizadas pela população e/ou encaminhada pelo Ministério Público do Estado de Sergipe à SEMA, nas quais foi efetuada fiscalização ambiental *in loco* pelos agentes do Setor de Proteção Animal da Secretaria.

Todas as informações das vistorias técnicas foram registradas em relatórios de fiscalização ambiental, elaborados pelos fiscais da SEMA; as quais foram posteriormente tabuladas em planilha do Excel e utilizadas para elaboração de tabelas e gráficos, cujos dados possibilitaram a visualização e análise da frequência de casos relacionados a crimes contra os animais, quais as principais formas de crueldade aplicadas nesses indivíduos, quais os animais mais vitimados, dentre outros dados relevantes.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos através do levantamento dos casos de maus tratos, abuso e/ou crueldade contra os animais domésticos fiscalizados pelos agentes da SEMA revelaram informações sobre espécie e práticas envolvidas nos maus tratos.

As denúncias incluíram diferentes espécies de animais, onde desse total de demanda (120), 89 (74%) envolveram, de forma geral, cães e gatos. Com relação ao total de indivíduos dessas espécies (128), 62 (48,5%) eram cães e 66 (51,5%) felinos. Os cães representaram a maioria do total de casos de maus tratos confirmados (16) durante a fiscalização ambiental, no período de janeiro a junho de 2019 (Figura 1), semelhantemente ao descrito no trabalho de Marlet e Maiorka (2010). Isso sugere que os caninos são os animais de eleição para atos de maus tratos, e essa predominância pode estar relacionada ao fato dessa espécie ser mais dependente do homem; no que se refere, principalmente, à alimentação, quando

comparados aos felinos. Além do fato dos cães ainda serem considerados os *pets* de maior popularidade entre os seres humanos (XAVIER, 2008).

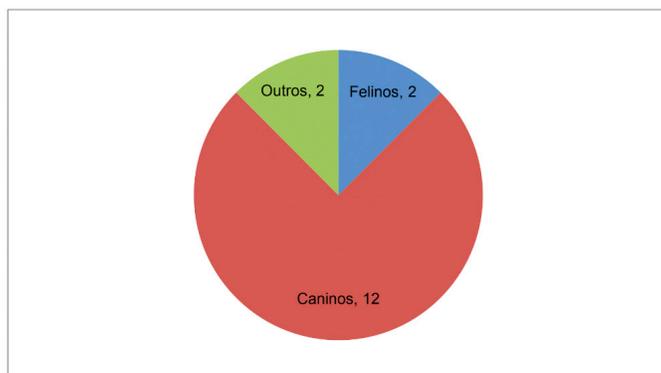


Figura 1: Números de casos de maus tratos contra animais, confirmados por meio de fiscalização ambiental realizada por fiscais da SEMA, no período entre janeiro a junho de 2019.

Fonte: Arquivo da SEMA, 2019.

Dentre os principais aspectos que configuram maus tratos contra os animais, segundo o Art. 3, inciso II, do Decreto Lei nº 24.645/34, tem-se a insalubridade, decorrente de locais anti-higiênicos e acúmulos de resíduos sólidos (impedindo movimentação e descanso adequado do animal), constatada com maior ocorrência nas fiscalizações da SEMA (Figura 2), seguida dos maus tratos correlacionados ao fator socioeconômico do tutor e baixo índice corporal do animal.

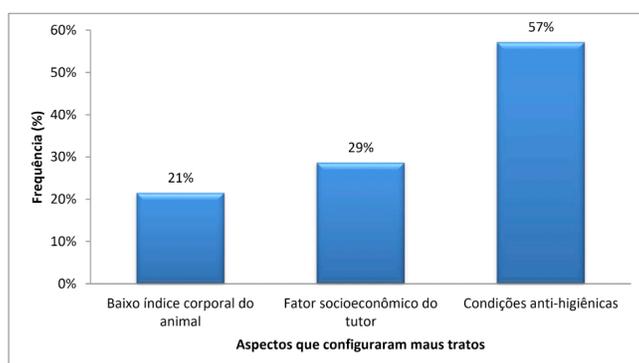


Figura 2: Frequência dos principais aspectos que configuraram maus tratos durante fiscalização ambiental realizada pela SEMA, no período entre janeiro a junho de 2019.

Fonte: Arquivo da SEMA, 2019.

Segundo Delabary (2012), pessoas realizam práticas de maus tratos sem ao menos perceberem. É importante investir em mudanças de conceitos e hábitos e orientar a população de que, ao se deixar um animal sem água e alimento (Figura 3), ou mesmo sem proteção contra intempéries e em ambiente insalubre (Figuras 4A e 4B), o indivíduo está cometendo um crime, o qual deve ser denunciado e penalizado.



Figura 3: Cão da raça Rottweiler em ambiente insalubre e sem disponibilidade de água e alimento.

Fonte: Arquivo da SEMA, 2019.



Figura 4: Cão mantido em imóvel abandonado, em meio a resíduos sólidos, sem proteção contra chuva e raios solares (A). Gatos mantidos em quintal com acúmulo de fezes, urina e forte odor (B).

Fonte: Arquivo da SEMA, 2019.

Desse modo, o art. 12, da Lei Municipal nº 2.380/1996 estabelece que “é de responsabilidade dos proprietários a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem estar, bem como as providências pertinentes à remoção dos dejetos por eles deixados nas vias públicas”.

Durante o levantamento dos dados referentes aos maus tratos contra animais, foi possível constatar a forte relação entre os aspectos socioeconômicos de tutores de *pets* com a saúde e bem estar dos mesmos. Desse modo, observou-se que 29% dos atos de maus tratos estavam diretamente relacionados à privação de assistência médica veterinária desses animais, em decorrência dos fatores econômicos (baixa renda, dentre outros) dos tutores (Figura 5A e 5B). Tendo como consequência principal, o sofrimento dos animais pela falta de alimentos e condições mínimas de sobrevivência.



Figura 5: Animais com problemas de saúde e sem tratamento devido à precária situação socioeconômica dos tutores: canino com ferimento na parte superior da cabeça (A). Cão com lesões peri oculares (B).

Fonte: Arquivo da SEMA, 2019.

Delabary (2012, p.838) afirma que “nesse tipo de situação, a solução seria a melhoria das condições de vida da população que acarretaria automaticamente em um ambiente melhor também para os seus animais”. Contudo, o autor declara que a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos, de nada vale se não são desenvolvidas e/ou aplicadas ações educativas que fomentem a importância da relação homem-animal para a sociedade. Desse modo, pode-se concluir que educação é a ferramenta essencial para se combater os maus tratos contra os animais e para garantir seus direitos como seres sencientes.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se afirmar que os cães foram os principais alvos da prática de maus tratos e que o fator socioeconômico e a ausência de conhecimento e educação foram os aspectos que mais influenciaram a ocorrência desses atos no município de Aracaju.

Desse modo, pode-se concluir que educação é a ferramenta essencial para se combater os maus tratos contra os animais e para garantir seus direitos como seres sencientes; levando à sociedade a denunciar esse crime junto aos órgãos competentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L.; ALMEIDA, L. P.; BRAGA, P. F. S. **Aspectos Psicológicos Na Interação Homem - Animal de Estimação**. 2009, p.3. *In*: IX Encontro Interno e XIII Seminário de Iniciação Científica – Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

ARACAJU. Apresentação: Secretaria do Meio Ambiente. 2019. Disponível em <https://www.aracaju.se.gov.br/meio_ambiente/>. Acessado em 20 de agosto de 2019.

ARACAJU. Educação Ambiental. 2019. Disponível em <https://www.aracaju.se.gov.br/meio_ambiente/educacao_ambiental>. Acessado em 20 de agosto de 2019.

ARACAJU. LEI 4.359/2013. Dispõe sobre a organização básica da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e dá providências correlatas. Disponível em <<https://www.aracaju.se.gov.br/legislacao/>>. Acessado em 10 de junho de 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 15 de agosto de 2019.

BRASIL. DECRETO Nº 24.645/1934. Estabelece medidas de proteção aos animais. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24645-10-julho-1934-516837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 15 de agosto de 2019.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 221/1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0221.htm>. Acessado em 16 de agosto de 2019.

BRASIL. LEI Nº 3309/2005. Dispõe sobre a política municipal de educação ambiental e dá outras providências. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/se/a/aracaju/lei-ordinaria/2005/331/3309/lei-ordinaria-n-3309-2005-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-educacao-ambiental-e-da-outras-providencias>>. Acessado em 16 de agosto de 2019.

BRASIL. LEI Nº 5.197/1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm>. Acessado em 16 de agosto de 2019.

BRASIL. LEI Nº 7.173/1983. Dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de jardins zoológicos, e dá outras providências. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7173-14-dezembro-1983-356775-norma-pl.html>>. Acessado em 20 de 16 de agosto de 2019.

BRASIL. Lei nº 9.605/ 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 Fev. 1998. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 9.795/1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>. Acessado em 18 de agosto de 2019.

CATRO JÚNIOR, M. A.; VITAL, A. O. Direito dos animais e garantia constitucional de vedação à crueldade. *Animal Rights and the Constitutional Guarantee of Cruelty Prohibition*. **Revista Brasileira de Direito Animal**. v. 10, n. 18, 2015, p. 137-175.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. Manual de Legislação do Sistema CFMV/CRMVs. Módulo II - Ética e Profissões. Resolução nº1236 de 23 de outubro de 2018, Art. 2º, inciso II.

DELABARY, B. F. Aspectos que influenciam os maus tratos contra animais no meio urbano. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental REGET/UFSM**, v(5), nº5, 2012, p. 835 – 840.

DIAS, E. C. **A tutela jurídica dos animais**. Belo Horizonte, Editora Mandamentos, 2000, p. 421.

LEMONS, K. C. Análise da legislação aplicável na proteção do bem-estar animal. **Ciência Veterinária nos Trópicos**. Recife-PE, v. 11, suplemento 1, 2008, p.80-83.

LEVAL, L. F. A luta pelos direitos animais no Brasil: passos para o futuro (The fight for animal rights in Brazil: steps to the future). **Revista Brasileira de Direito Animal**. v. 10, n. 7, 2012, p. 175-187.

MARLET, E. F.; MAIORCA, P. C. Análise retrospectiva de casos de maus tratos contra cães e gatos na cidade de São Paulo. Retrospective analyzes of cruelty toward dogs and cats in the city of São Paul. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, São Paulo, v. 47, n. 5, 2010, p. 385-394.

SANTANA, L. R.; MACGREGOR, E.; SOUZA, M. F. A.; OLIVEIRA, T. P. Posse Responsável e Dignidade dos Animais. 8º CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL. **Revista Clínica Veterinária**, nº 30, 2001, p. 533-552.

SILVA, J. O. M. Especismo: Porque os animais não-humanos devem ter seus interesses considerados em igualdade de condições em que são considerados os interesses semelhantes dos seres humanos. *Ethic@ - Revista Internacional de Filosofia da Moral*, Florianópolis, v. 8, n. 1, 2009, p.51-62.

SINGER, P. **Libertação Animal**. Porto: Via Optima, 2000, p. 290.

SPAREMBERGER, R. F. L.; LACERDA, J. Os animais no direito brasileiro: desafios e perspectivas. Animals in the brazilian law: challenges and prospects. **Revista Amicus Curiae – Direito – Universidade do Extremo Sul Catarinense**, v. 12, n. 2, 2015, p. 184 -186.

TOLEDO, M. I. V. A tutela jurídica dos animais no brasil e no direito comparado. The legal protection of animals in Brazil and comparative law. **Revista Brasileira de Direito Animal**. Ano 7, v. 11, 2012, p. 197-223.

XAVIER, F. G. Intoxicação por aldicarb (“chumbinho”): I. Estudo das alterações “*post mortem*” microscópicas em cães e gatos – II. Avaliação dos efeitos tóxicos agudos em camundongos. 2008. 201 f. Tese (Doutorado em Medicina Veterinária) - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Azul-patente 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82

B

Biotécnicas reprodutivas 1, 11, 12

Bovinos 10, 12, 13, 18, 69, 84, 86, 87, 88, 95, 102, 131, 132, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151

Brachiaria brizantha 97, 98, 99

C

Câncer de mama 73

Cão 51, 52, 56, 57, 120, 121, 122, 126, 127, 133, 135, 136, 141, 142

CCOs 2, 3, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18

Cirurgia reconstrutiva 57, 133, 134

Comportamento animal 120

Condição corporal 14, 84, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96

Conservação 48, 153

Crueldade 32, 35, 45, 46, 47, 49, 54

D

Desenvolvimento profissional 108

Direito dos animais 45, 54

E

Embriologia 153

Ensino superior 108

Enxerto omental livre 57, 58, 63, 64, 66

Equipe multiprofissional 32, 35, 40

Esporotricose 67, 68, 69, 70, 71, 72

Estadiamento tumoral 73, 75, 82

Etograma 120, 122

F

Face 56, 57, 58, 59, 60, 70, 133, 134, 136, 141, 150

Felinos 49, 50, 67, 70, 72

Fiscalização 32, 36, 40, 41, 49, 50, 150

G

Graduação 31, 96, 108, 109, 110, 114, 117, 118, 119, 162

H

Hipiatría 108, 110, 117

Histopatológico 28, 29, 59, 78, 79, 80, 133, 139, 140

Hormônio 6, 86

Humanos 46, 50, 54, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 145

Husky siberiano 120, 121, 122, 126

L

Linfonodo sentinela 73, 75, 80

M

Morfologia 14, 153, 159

Mycobacterium bovis 143, 144, 145, 146, 151

N

Nematoides 98, 102

Neoplasia 57, 63, 83, 133, 134, 135, 137, 139

O

Oncologia 57, 142

OPU 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19

Ovário 6

P

Pequenos ruminantes 1, 6

Produção in vitro 1, 2, 11, 14, 17, 18, 19

R

Ratas wistar 21, 22, 23, 27, 28

Reprodução 8, 10, 15, 17, 18, 22, 30, 84, 85, 86, 90, 93, 94, 96, 112, 128, 130, 131, 148, 153, 162

Ruminantes domésticos 98

S

Simarouba versicolor 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31

Síndrome de Noé 32, 34

T

Testudines 153, 156, 159, 160, 161

Tuberculinização 143, 147, 150, 151

Tuberculose bovina 143, 144, 150, 151

U

Úteros 22, 25, 27, 29

Z

Zoonose 67, 68, 69, 72, 129, 131, 143, 144, 145, 151

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

*A Subsistência da
Medicina Veterinária
e sua Preservação*

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

A Subsistência da Medicina Veterinária e sua Preservação